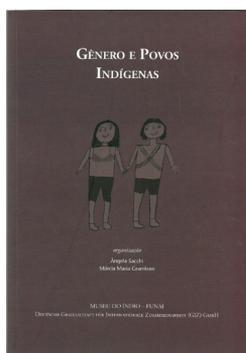


RESENE DE LIV

RESENHAS
DE LIVROS



GÊNERO E POVOS INDÍGENAS, organizado por Ângela Sacchi e Márcia Maria Gramkow. Rio de Janeiro, Brasília: Museu do Índio/GIZ/FUNAI, 2012.

Francilene de Aguiar Parente

Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal do Pará, Brasil.

O livro *Gênero e Povos Indígenas* é uma coletânea de 11 artigos, organizado pelas antropólogas Ângela Sacchi e Márcia Maria Gramkow. Os artigos foram compilados a partir das discussões realizadas no Grupo de Trabalho “A centralidade de gênero em povos indígenas” das reuniões científicas “Fazendo Gênero 9” e “27ª Reunião Brasileira de Antropologia”. No final do livro, as autoras apresentam entrevistas com duas indígenas atuantes nos movimentos indígenas e de mulheres.

Os relatos sobre a experiência de mulheres indígenas e não-indígenas em contato com povos indígenas no Brasil, México, Argentina e Guatemala marca o ano de 2010 como momento de visibilidade nacional e internacional do tema “Gênero em povos indígenas” em eventos com grande participação de antropólogos e especialistas, como apontado pelas orga-

nizadoras do livro, demarcando espaço no cenário antropológico brasileiro, ainda resistente em refletir sobre gênero em sociedades indígenas.

Nesse sentido, objetivam refletir acerca dos “(re)posicionamentos do masculino e do feminismo no universo indígena” (Sacchi & Gramkow 2012: 15), conseqüentes do contato com a sociedade não-indígena e dos diferentes papéis sociais de indígenas, homens e mulheres, assim como, as influências dos modelos de organização sociocultural tradicionais. As transformações operadas nos lugares ocupados pelos homens e pelas mulheres e a forma como foram dinamizando o espaço social de atuação são centrais nas discussões, com atenção especial à agência das mulheres indígenas no decorrer dos processos trazidos ao longo do livro.

O primeiro artigo, “Bestias de carga, amazonas y libertinas sexuales. Imágenes sobre las mujeres indígenas del Gran Chaco” de Mariana Daniela Gómez, trata das representações de missionários, expedicionários, agentes governamentais e etnólogos que atuaram na região durante os séculos XVIII, XIX e XX junto às mulheres indígenas Tobas, Wichí, Chorote, Piligá e Jívago da região do Gran Chaco argentino. Com o intuito de recuperar e contextualizar as três imagens construídas sobre as indígenas: (1) “bestias de carga”, representação ligada aos missionários e expedicionários que perdeu até a segunda metade do século XX, associando a mulher indígena à escravidão, passividade e submissão em suas relações matrimoniais e os homens indígenas como selvagens, brutos e cruéis com suas mulheres; (2) a imagem de

“amazonas e guerreiras” coexistiu com a de “bestia de carga”, sendo em algumas situações apontadas como transformação. O imaginário guerreiro sobre as indígenas do Gran Chaco reforçava, de certa maneira, “...el vínculo entre femineidad indígena y alterización cultural” (p. 38), dificultando a construção da nova ordem patriarcal nas aldeias indígenas da região; (3) a imagem de “libertinas sexuais” na primeira década do século XX, com autonomia sobre seus corpos, é altamente acionada. Entretanto, a liberdade sexual das indígenas jovens era cercada na medida em que escolhia seu parceiro matrimonial, envolvida nas normas e regras institucionalizadas. Com isso, traz-se à tona “los intereses religiosos, económicos, políticos y científicos que orientaron la producción, reproducción y manipulación de dichas imágenes en los diferentes tipos de relatos” (p. 29), descortinando o caráter disciplinador/pedagógico do imaginário construído sobre o universo indígena no Chaco.

Diferentemente do que ocorre com outros pesquisadores, Bárbara Maisonnave Arisi toma suas experiências de trabalho de campo entre os Matis que vivem na terra indígena Vale do Javari, no Amazonas, para refletir sobre o tema da “sexualidade” e diferentes moralidades entre indígenas e não-indígenas, no artigo “Vida sexual dos selvagens (nós): indígenas pesquisam a sexualidade dos brancos e da antropóloga”. No texto, a autora é alvo da curiosidade das mulheres Matis acerca das práticas sexuais adotadas pela antropóloga e outras mulheres não-indígenas e as diversas investidas sexuais dos homens Matis sobre ela, influência das transfor-

mações ocorridas a partir da introdução de filmes pornô e as diferentes maneiras de se relacionar sexualmente. Colocada na condição de nativa, Arisi compara o momento entre os Matis com a “antropologia reversa” de Roy Wagner, na qual o autor propõe a equivalência das culturas do observador e do observado em que cada um percebe o mundo a partir de sua própria cultura. A autora também discute sobre as negociações em campo para, então, apontar o grande valor dado às mulheres naquela cultura, cuja estratégia é “crescer e ser um povo grande”, o que se concretiza “pelo número de filhos e filhas gerados/as”. Para os Matis, a economia mais fundamental de todas é a de gente, e ela é produzida por homens e mulheres por meio do sexo.

Em “Conceitos das mulheres em espaços de homens: o desenho em escolas Kaxinauá (Huni Kui)”, Paulo Roberto Nunes Ferreira analisa a experiência de educação escolar indígena entre o povo Kaxinauá, no Acre. Nesta sociedade, homens e mulheres têm lugares marcados, delineados a partir de suas capacidades específicas, estando os homens associados ao exterior e as mulheres ao interior; assim, a produção de imagens é uma agência masculina, obtida pela ingestão da ayhauasca, ao passo que a produção do desenho verdadeiro constitui uma atribuição feminina. Nesse sentido, a escola, enquanto espaço de atuação masculina, coloca-os diante do desafio de repassar os conhecimentos tradicionais a homens e mulheres e repensar os lugares socialmente estabelecidos de gênero por meio da proposição de um terceiro elemento que Lagrou (2007:85, citado por Ferreira) denominou de “tri-

logia da percepção”: a figura, o terceiro elemento, produto da agência e criatividade masculina e representado no papel.

Elizabeth Pissolato, no artigo “Gênero, casamento e trocas com brancos”, problematiza o idioma do gênero na experiência contemporânea de grupos Guarani Mbya, questionando particularmente se o casamento de mulheres mbya com homens brancos (*jurua*) pode ser interpretado à luz do gênero como uma estratégia feminina. Aponta o lugar privilegiado ocupado pela figura do casal para os Guarani e outros povos indígenas na produção de pessoas e na complementaridade entre feminino e masculino, visualizada de maneira mais evidente na criação de crianças, em que o casal tem a responsabilidade pela permanência da criança na terra, na aceitação das relações de parentesco e em “alegrar” a sua “alma”. Pissolato mostra que mesmo quando a criança é separada e criada pelos parentes, o casal é a referência na construção da rede de parentesco. Entretanto, o cônjuge não se torna “parente”, o que de alguma forma significa que na complementaridade do casal se instala a diferença. A autora identificou que o casamento com brancos não é recomendável, principalmente porque a “alma-nome” da pessoa “não fica alegre”, pois significa o rompimento com as trocas matrimoniais e a dinâmica de parentesco mbya.

No texto “Agência feminina na sociopolítica Kaingang”, Cinthia Creatini da Rocha apresenta elementos para o debate sobre a presença e a agência feminina na sociopolítica de sociedades indígenas brasileiras. Sem se aprofundar na discussão, aponta, tomando Marilyn Strathern

(2006) como referência, que há hierarquização das relações de gênero entre sociedade/indivíduo, natureza/cultura, privado/público, assim como há oposição entre feminino/masculino, relegando à mulher ao domínio privado, hierarquicamente inferior, invisibilizador e dependente do público, lugar masculino por excelência, como uma visão ocidental e antropológica da disciplina. Sua finalidade no artigo é a de “pensar a sociedade não como tipos de domínios, mas os domínios como tipos de socialidades” (p. 117). A autora centra a análise sobre a trajetória de mulheres Kaingang (Jê Meridional), que utilizam seu papel social na manutenção dos coletivos indígenas nos processos de regularização de terras, da idade avançada e o respeito à conduta ética e moral do grupo, buscando seu bem-estar e, com isso, ganham destaque no cenário político de luta do povo Kaingang, desconstruindo o binômio público/privado como domínio inviolável e respectivo de homem/mulher.

“Organizações tradicionais e políticas públicas contemporâneas: avanços e retrocessos na autonomia da mulher Xukuru”, de Fernando Barros Jr., é um artigo sobre o processo de organização do povo Xukuru da Serra de Ororubá (PE) em busca da garantia de direitos, fortemente influenciada por agências externas, governamentais e não-governamentais. Nesse processo, coube aos homens o papel de lideranças e às mulheres o de colaboradoras e companheiras das lideranças que executarão as ações, sobretudo, por sua “força”, o que as torna boas mulheres Xukuru. Como exemplo, o autor cita o caso de D. Zenilda, viúva de

Xicão, liderança falecida, e mãe do atual cacique, considerada liderança perante a população, mas sem assento no conselho de lideranças do grupo.

Maria Helena Ortolan Matos propõe “refletir sobre esses espaços femininos ocupados no movimento indígena (...) para compreender a dinâmica do protagonismo das mulheres indígenas nas esferas públicas das políticas indígenas e indigenistas no Brasil” (p.141), tomando o movimento indígena na Amazônia Legal Brasileira como referência para debate no texto “Mulheres no movimento indígena: do espaço de complementariedade ao lugar da especificidade”. A autora começa discorrendo sobre o papel da mulher nos mitos indígenas, especialmente entre os Sateré-Mawé, onde a mulher assume a posição de protagonista no suporte político da comunidade. Os Sateré-Mawé formam uma sociedade patrilinear, mas são as mulheres que sustentam a organização social e política da comunidade e isso está ligado ao domínio que elas têm das transformações operadas no mundo mítico. Essa forma de estar no mundo de certa maneira é transplantada para a atuação das mulheres no movimento indígena, marcando a diferença entre o movimento das mulheres indígenas e o movimento feminista. No caso destas mulheres indígenas, sua associação tem de ser pensada de maneira coletiva e negociada, com ações estratégicas para a definição de suas identidades étnicas. Para Matos, o protagonismo das mulheres indígenas no campo político das relações interétnicas não é recente, porém, elas jamais estiveram totalmente excluídas, pois não estar na linha de frente da ação, não

significa sua exclusão das tomadas de decisão coletivas.

No artigo “Mulheres indígenas em Porto Velho (RO): gênero, migração e participação política”, Lady Day Pereira de Souza e Arneide Bandeira Cermin investigam a migração das mulheres indígenas para a área urbana, especialmente sobre as motivações que as levaram a se deslocar. Dentre estas, citam a expulsão dos territórios, o acompanhamento de pai ou marido (que trabalhava nas frentes de expansão da Fundação Nacional o Índio – FUNAI) na ida para a cidade, a busca de bens e serviços, as ações e projetos de desenvolvimento promovidos pelo Estado. Na cidade, se, por um lado, as mulheres indígenas passam a ocupar uma posição diferente e demandam políticas públicas diferenciadas; por outro, há a manutenção de certos costumes vivenciados na aldeia, como as decisões consensuais, mesmo quando envolvem aspirações pessoais.

Ainda no tema da migração, o estudo de Luciana de Oliveira Dias, “*Seguir adelante*: trânsitos identitários entre as/os Mazahuas na Cidade do México”, analisa casos de estudantes indígenas de duas escolas públicas – que oferecem a modalidade de educação de jovens e adultos – e vivem em centros urbanos na Cidade do México. A passagem pela escola formal é uma condição para seguir adelante e a migração é a via para conseguir trabalho na construção civil, na indústria manufatureira, no comércio e nos serviços públicos, por isso, talvez, a importância dada à escolarização formal entre os indígenas que se encontram nesta situação. Outras motivações são “‘fracasso’ matrimonial,

poligínia, violência intrafamiliar, alcoolismo e ‘solteirice’ depois de certa idade” (p. 187). Na medida em que todos têm de se inserir no mercado, as mulheres assumem o papel de chefes de família como estratégia de sobrevivência, sendo tomada também como apoio na rede com seus parentes. A alusão ao passado guerreiro de participação nas batalhas de independência do país faz com que as Mazahuas sejam identificadas pela categoria atributiva de Marias. As Mazahuas, entretanto, negam o apelido pejorativo por entendê-lo como identificador de feiura, pobreza, selvageria, ignorância e prostituição, portanto, destituindo-as de poder. Porém, o fato de as indígenas mães solteiras e pobres receberem um benefício social do governo, permite não se verem como vulneráveis em seu povo.

Dina Mazariegos, indígena Maya da Guatemala, no texto “Mulheres Mayas na Guatemala: relações de poder, gênero, etnia e Classe”, investiga as mulheres Maya, formadas em nível de graduação e pós-graduação em diferentes áreas das humanidades e atuando na docência e na pesquisa, dentro e fora da Guatemala, em cargos de direção e assessoramento em instituições governamentais e privadas. Por meio de suas histórias de vida, a autora descreve os efeitos transformadores da migração na vida política e intelectual de mulheres indígenas Maya, associados à discriminação vivida em um período de maior arrefecimento dos conflitos da guerra que assolava o país entre os 1962-1996, que refletiram em suas identidades étnicas, estratégias de resistência e transgressão frente aos infortúnios de uma estrutura patriarcal e racista que o Estado

guatemalteco insistia em preservar.

No artigo “Las implicancias de las capacitaciones en derechos en la vida de las mujeres Guaraníes del Noroeste Salteño, Argentina”, Natalia Castelnuovo Biraben objetiva “analizar distintas estrategias que procuran “incorporar” y dar “participación” a las mujeres guaraníes en el “desarrollo” (...) interesó conocer la percepción que las mujeres guaraníes tienen de su posición de género” (Biraben 2012: 230), por meio da ação da Asociación Regional de Trabajadores en Desarrollo (ARATEDE) que desenvolve projetos com mulheres indígenas do Departamento de San Martín. A autora divide o trabalho em três partes: na primeira, apresenta o processo de inclusão das mulheres indígenas nos modelos de desenvolvimento, enfatizando sua homogeneização como mulheres, rurais e pobres nos projetos propostos e o silêncio sobre as imagens de agência de mulheres e homens ao longo da história; na segunda, descreve e analisa a representação das mulheres Guaraní por meio das fontes documentais e etnográficas, em que essas mulheres aparecem como servas e escravas; na terceira, centra o olhar na compreensão de como as mulheres valorizam e dão sentido às capacitações em direitos indígenas e direitos de mulheres. Para a análise, toma a noção de “encuentros de conocimiento”, proposta por Anja Nygren (1999), enquanto “una forma en la que los conocimientos locales y globales, tradicionales y modernos están complejamente entremezclados” (p. 243). Segundo Biraben, as capacitações impulsionaram a conquista de espaços na tomada de decisões comunitárias e regionais, inclusive sobre

os programas de desenvolvimento que atendem as Guarani.

Ao final do livro, as organizadoras trazem uma entrevista realizada com as indígenas Valéria Paye Pereira (Kaxuyana) e Léia Bezerra do Vale (Wapichana), com perguntas centradas em suas trajetórias políticas, ocupando cargos e representações nos movimentos indígenas e de mulheres e órgãos oficiais para promoção e implementação de políticas públicas direcionadas às mulheres. Para as indígenas, a entrada no espaço público de ação não implica a saída ou desvalorização do privado, o que dificulta o diálogo com outras mulheres do movimento, as quais não compreendem a especificidade do tema entre os povos indígenas, ratificando a complexidade da temática. Isso talvez possibilite ao leitor compreender o caráter mais político dos textos, mostrando as vivências de gênero em espaços etnicamente diferenciados.

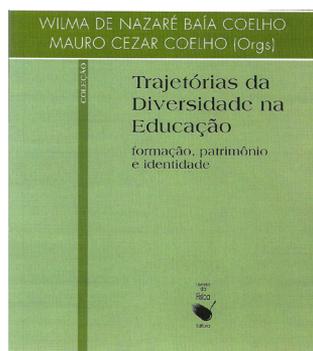
A discussão apresentada por meio das experiências de pesquisadores(as) indígenas e não-indígenas que desenvolvem trabalhos com povos e mulheres indígenas amplia a reflexão sobre a categoria gênero na Antropologia, assim como incentiva o debate acerca do tema e torna possível a visualização de uma diversidade de maneiras de ser mulher e ser homem em sociedades etnicamente diferenciadas, permitindo apreender como as indígenas significam tais relações e suas posições sociais, especialmente por se dedicar à agência feminina em povos indígenas. O debate continua.

REFERÊNCIAS

Lagrou, E. 2007. *A fluidez da forma: arte, alteridade e agência em uma sociedade amazônica (Kaxinawá, Acre)*. Rio de Janeiro: Topbooks.

Nygren, A. 1999. Local knowledge in the environment development discourse: from dichotomies to situated knowledges. *Critique of Anthropology* 19: 267-288.

Strathern, M. 2006 [1998]. *O gênero da dádiva: problemas com as mulheres e problemas com a sociedade na melanésia*. Campinas: Editora Unicamp.



TRAJETÓRIAS DA DIVERSIDADE NA EDUCAÇÃO: FORMAÇÃO, PATRIMÔNIO E IDENTIDADE, organizado por Wilma de Nazaré Baía Coelho e Mauro Cezar Coelho. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2012.

Camille Gouveia Castelo Branco Barata

Faculdade de Ciências Sociais, Universidade Federal do Pará (UFPA). Bolsista de Iniciação Científica do CNPq.

O livro *Trajetórias da Diversidade na Educação* convida a refletir, de forma multidis-

ciplinar e focalizando diferentes temas, sobre a questão da diversidade no âmbito escolar. Tem-se em vista a prerrogativa de que não considerar e não tratar de modo adequado a diversidade no âmbito educacional contribui para a reprodução de preconceitos e discriminações.

A publicação orienta-se pela compreensão de que o espaço escolar constitui-se em lócus privilegiado para a desconstrução e superação de preconceitos e discriminações, além disso, conflui para formação de uma cidadania que contempla a diversidade. Segundo os organizadores da publicação, Wilma Baía Coelho e Mauro Cezar Coelho, as reflexões reunidas no livro se originam de um compromisso ao mesmo tempo acadêmico e político: “construir uma escola promotora de uma educação que perceba a diferença como um valor” (Coelho & Coelho 2012:13).

Os trabalhos dessa organização dirigem-se predominantemente a professores e demais profissionais da educação, na expectativa de fornecer subsídios que instrumentalizem esses agentes na conformação de procedimentos pedagógicos para combater a discriminação. Tal direcionamento demonstra a percepção, por parte dos organizadores, de que a formação continuada de educadores é um empreendimento essencial para que estes sejam capazes de realizar intervenções consubstanciadas no universo escolar, em prol de uma educação inclusiva. Conforme pontua Gomes (2003):

“Cabe ao educador e à educadora compreender como os diferentes povos, ao longo da história, classificaram a si mesmos e aos outros,

como certas classificações foram hierarquizadas no contexto do racismo e como este fenômeno interfere na construção da autoestima e impede a construção de uma escola democrática” . (Gomes 2003:77)

O primeiro artigo da coletânea se intitula “Educação, Trabalho e Diversidade étnica: educandos artífices e africanos livres na Amazônia, século XIX”. Nele, a autora Patrícia Melo Sampaio analisa histórias e trajetórias de africanos livres e povos indígenas durante a Amazônia oitocentista. Focalizando o contexto presente nos estabelecimento para educandos artífices em Manaus, a autora reflete sobre o lugar dos africanos livres que trabalhavam nesse estabelecimento educacional e quais as hierarquias presentes no mundo do trabalho e da educação nesse período. A análise permite entrever variados aspectos da gênese do pensamento educacional brasileiro.

Patrícia Sampaio demonstra que a instituição de educandos artífices surge como um projeto de formação da mão de obra local, com vistas a educar “jovens desvalidos”. Porém, a criação do estabelecimento, além de preparar a população para o mundo do trabalho, tinha aspirações de confrontar a diversidade linguística e étnico-cultural da Amazônia, dentro de uma lógica civilizatória e homogeneizadora. Os povos indígenas estavam incluídos nesse projeto educacional. Em seu trabalho, a autora demonstra que, mesmo em condições subordinadas, africanos livres e povos indígenas exerciam agenciamentos possíveis, em busca de autonomia e liberdade.

No artigo seguinte, intitulado “*Reduzidos sim, vencidos nunca*”: *identidades, histórias, memórias e patrimônios entre os Tembé Tenetehara*, Jane Felipe Beltrão lança seu olhar sobre trajetórias educacionais de indígenas da etnia Tembé Tenetehara. Ressalta, a partir dos depoimentos e memórias dos interlocutores, a importância atribuída à educação para afirmação de identidades, estabelecimento de direitos constitucionais e articulações políticas dos povos indígenas.

Jane Beltrão dimensiona uma tentativa de “apagamento” da identidade desse povo, por meio de um processo de homogeneização forçada dos indígenas, com pessoas visando transformá-los em “caboclos” dentro de uma concepção assimilacionista da diversidade étnica. Esse projeto foi posto em prática ao longo da história dos Tembé e tentava o que a autora referencia como *etnocídio* desse povo. Tal projeto não se perdeu com o tempo e permanece visível nas narrativas de situações de violência relatadas pelos interlocutores nos espaços escolares. Apesar da violência sofrida (sobretudo por parte do Estado), os Tembé reagiram e resistiram, lutando pelo direito de ser indígena e, de acordo com as narrativas, percebem a educação como ferramenta de empoderamento, que pode auxiliar em lutas políticas e afirmações identitárias.

No trabalho de Anna Maria Alves Linhares e Márcio Couto Henrique, intitulado *Museu do Marajó e educação patrimonial em Cachoeira do Arari, Pará*, os autores refletem, com base constituição do acervo do Museu, sobre a invenção e construção de uma identidade marajoara. Os autores refazem, por meio da historiografia,

a trajetória do padre Giovanni Gallo que, motivado por uma lógica paternalista de que os habitantes locais estariam deixando a memória se perder, inicia uma busca por artefatos que expressem sua compreensão do “ser marajoara”.

Os autores demonstram que a intenção de fundar o Museu do Marajó possuía diversas dimensões: a constituição da identidade regional, o resgate da memória e a transformação do Museu em polo turístico são algumas delas. Ao problematizar como a construção e o espaço do Museu são percebidos no discurso local, os autores afirmam que a representação do universo cultural marajoara é parcial, apenas uma, entre muitas leituras possíveis da identidade de pessoas do Marajó. Porém, desde a criação do Museu e de todo o empreendimento em torno dessa criação, os moradores locais passaram a identificar-se com a cultura e a tradição representadas nesse espaço, assumindo certas posições e lugares de fala, na fronteira da alteridade.

No artigo *Formação inicial de profissionais da educação: avanços e desafios para a implantação das DCN para a educação das relações étnico-raciais*, Rosana Batista Monteiro analisa, a partir de pesquisa realizada na Universidade de São Francisco (USF), como é tratada a questão racial, com base nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), no âmbito da formação de professores em cursos de Pedagogia.

A autora realiza uma revisão bibliográfica da produção sobre as relações raciais no contexto dos cursos de formação de professores e constata a escassez de trabalhos sobre a temática, embora a promulgação da Lei nº 10.639/03 tenha

promovido um aumento significativo no número de pesquisas. Em seguida, são apresentados os desdobramentos da pesquisa de campo, os quais demonstram as repercussões positivas de um esforço formativo que contempla a questão racial e dialoga com a DCN, ainda que os desafios não se esgotem.

O trabalho *Relações étnico-raciais no CEFET/RJ: relato de experiências*, cuja autoria é de Roberto Carlos da Silva Borges, discorre sobre as ações pedagógicas desenvolvidas pelo Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET/RJ), com o objetivo de capacitar professores e formar estudantes para o diálogo com a questão racial por meio da prática voltada para a Lei nº 10.639/03. Sendo professor da referida instituição e tendo participado do desenvolvimento de discussões e ações que contemplassem a diversidade étnico-racial, o ponto de vista do autor torna-se privilegiado, devido sua fala ser direcionada “de dentro”.

O trabalho descreve as principais ações realizadas com intuito de fomentar o debate, tais como alterações curriculares, criação de projetos de pesquisa com oferta de bolsas de iniciação científica, criação do primeiro Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB) da instituição e criação de um Programa de Pós-Graduação em relações étnico-raciais. Todas essas ações foram orientadas pela afirmação e reafirmação política da necessidade de combater o racismo dentro do espaço escolar de forma ampla e transversal.

No trabalho *O Estágio supervisionado na formação inicial de professores de matemática na Bahia*, Maria Auxiliadora Pires e Iran

Abreu Mendes tratam da formação de professores nos cursos de Licenciatura em Matemática. Em interlocução com a literatura existente sobre os problemas das Licenciaturas em Matemática, os autores buscam compreender se, nas instituições focalizadas, continuam sendo reproduzidas práticas ultrapassadas na formação de professores ou se houve renovações que contribuam para uma melhor articulação entre teoria e prática nos saberes e fazeres docentes.

O estudo se deu em três instituições de Ensino Superior, nos cursos de Licenciatura em Matemática e desenvolveu-se com base no método interpretativo. Os autores constataram a fragilidade dos avanços no que tange à formação de professores, práticas de ensino-aprendizagem e estabelecimento dos projetos políticos-pedagógicos e currículos e apontam para a necessidade de repensar a formação e o papel do professor de matemática, tendo em vista as demandas sociais com as quais esses profissionais são obrigados a se defrontar.

Tânia Müller e Lisete Jaehn, no artigo *O que pensam os/as estudantes das licenciaturas sobre a didática*, analisam as representações dos discentes de uma Faculdade de Educação sobre uma disciplina do currículo de formação. As autoras compreendem que coletar as concepções dos discentes permite a elaboração de estratégias pedagógicas que desenvolvam novos saberes, conscientes e críticos, que colaborem de forma significativa para a formação de docentes.

O último artigo, intitulado *Hierarquias em perspectiva na escola: música, raça e preconceito no ensino fundamental*, é de autoria dos

organizadores da obra e analisa como o consumo musical entre estudantes do ensino fundamental é significativo para a compreensão das representações desses agentes sobre cor, raça e preconceito. Afirma-se a importância do diálogo por parte dos educadores, com os universos dos estudantes, especialmente no que concerne aos gostos, hábitos de consumo e dinâmicas identitárias, de modo a intervir concretamente nas práticas de racismo entre esses protagonistas.

As reflexões apontadas na obra coadunam, a meu ver, com as formulações de Candau (2011), para quem a lógica dominante nas instituições educativas se constitui a partir de uma matriz moderna baseada na homogeneização e na unificação, com fins que visam à universalidade. Essa tendência parte do princípio de que, para que haja igualdade, é necessário buscar a homogeneidade, em uma abordagem que segrega a diferença e a diversidade em relação à “normalidade” dominante. A diferença, nesse caso, é vista como problema a ser resolvido.

O sujeito hegemônico tomado como “normal” nada tem de abstrato: é branco, homem, de classe média, ocidental e heterossexual, sendo silenciadas vivências e outras subjetividades. Esse paradigma contribui para a invisibilização, folclorização e exotificação de corpos, trajetórias e culturas. O tratamento não adequado da diversidade no contexto escolar e a propagação de representações distorcidas sobre as diferenças revelam estratégias para retirar de determinados grupos o *status* de humanidade.

Porém, contrapondo-se à matriz moderna de tendências homogeneizado-

ras, vem surgindo nos últimos anos um programa pró-diversidade de orientação multicultural, baseado na compreensão de que as diferenças são intrínsecas e constitutivas do espaço escolar e é papel da escola reconhecê-las e valorizá-las nos processos educativos, trabalhando-as por meios políticos-pedagógicos os currículos, as atividades em sala de aula, o material didático, as comemorações e as avaliações.

Uma educação verdadeiramente emancipatória deve orientar-se pelo compromisso político de contemplar a diversidade e combater os preconceitos e discriminações presentes na sociedade, dialogando com os saberes locais, com os usos autorreflexivos das culturas por parte dos sujeitos e evitando concepções essencializadoras. Uma dimensão importante para viabilizar a concretização desse desafio é a promoção da discussão qualificada sobre a questão, de modo a capacitar educadores a desconstruir preconceitos, articulando formação consubstanciada e prática. Com tal ação se comprometem, de forma bem-sucedida, os autores presentes nesse livro.

NOTAS

¹Um aprofundamento dessa reflexão pode ser observado em um artigo publicado por Coelho & Coelho também em 2012.

REFERÊNCIAS

Candau, V. M. 2011. Diferenças culturais, cotidiano escolar e práticas pedagógicas. *Currículo sem Fronteiras* 2:240-255.

as categorias *quilombola*, *assentada* e *não-assentada* apropriadas pelos moradores de Cajazal, as quais estão inseridas na trama de representações que envolve a legalização de terras a partir das premissas jurídicas do Estado nacional.

João Damasceno G. Figueiredo Júnior traz a única reflexão sobre as experiências de pessoas indígenas no Maranhão. O autor aborda a festa do mel, dos *Tenetebara*, localizados nas áreas dos rios Mearim e Pindaré. Contrapondo-se à concepção da antropologia da década de 1950, que ainda argumentava pela possibilidade de “aculturação” dos grupos indígenas, no sentido de assimilação pela sociedade nacional (Wagley & Galvão 1955), o autor demonstra a permanência dinâmica dos elementos étnicos do ritual aglutinador dos grupos envolvidos.

A segunda parte do livro, “Religiosidade, identidade e territorialidade”, é introduzida pelo resultado da pesquisa de Dorival dos Santos, o qual apresenta a imbricação da luta pela demarcação das terras das comunidades do território de Tramaúba, consubstanciadas no plano político e religioso. Ambas as dimensões estão conforme a noção de territorialidade presentes nas falas do seu interlocutor, liderança no campo da política e religião de matriz africana.

Ana Carolina Magalhães Mendes, no capítulo seguinte, traz à tona outra dimensão do confronto entre as concepções locais e as do Estado: o “trabalho infantil”, sabiamente esclarecido como uma concepção imposta de “fora para dentro [das comunidades]”. Tratando do “dilema” vivido pelas quebradeiras de coco babaçu, considerando as políticas

de erradicação do trabalho infantil, Ana Mendes expõe a rede de significados que envolve a atuação de crianças em atividades produtivas de grupos de pequena escala, diametralmente diferente ao conceito de exploração da mão-de-obra infantil oriunda da lógica capitalista de produção. Acrescenta-se que a imposição dessa polêmica das quebradeiras de coco coloca em questão, também, a problemática da universalização dos direitos das crianças e adolescentes (Barbosa & Bragagnolo 2008).

Adentrando no campo da religiosidade, Mari-Vilma Maia da Silva mostra aos leitores a presença do ritual do Santo Daime no Maranhão, apresentando as classificações coletivas do feminino e do masculino, relacionadas à cosmologia da prática religiosa. Essas relações de gênero são consubstanciadas na significação classificatória da natureza, como o cipó e a folha, ambos dotados de características da mulher (*folha*, geradora de luz) e do homem (*cipó*, gerador de força). Cada um deles, portanto, age como figura representativa na educação dos corpos, ou seja, do lugar que cada gênero tem no ritual.

Ainda tratando de religiosidade, Gyordanna Patrícia Pereira Silva apresenta os sentidos particulares das brincadeiras do boi Jardim da Ilha. Entoada dentro de cemitérios, essa *brincadeira* homenageia alguns mortos ilustres através do simbolismo imanente ao ato de renascer do boi: ao transcender as limitações biológicas, ele se immortaliza e reinicia o ciclo ritualístico. Outra dimensão dos *bois* do Maranhão, a dos conflitos internos aos integrantes do grupo, é estudada por

Carla Georgea Silva Ferreira. A socióloga debate essas disputas tendo em vista o contexto do Bumba-Meu-Boi de Zumbumba São João e a busca por legitimação na liderança do grupo, o *dono do boi*.

Para discutir a relação entre categorizações externas e a consciência tomada pelos grupos étnicos acerca das generalizações que essas categorias podem abranger, Valderiza Barros demonstra com as quebradeiras de coco babaçu estão imersas em identidades variadas, mas não se eximem de recorrer ao título *quebradeiras* de coco enquanto elemento político-identitário comum, sem apagar suas particularidades.

Encerrando essa segunda parte do livro, Antonio Henrique França Costa investiga a implementação da Lei 10.639/2003 na rede pública de ensino de São Luís, considerando que a efetividade de tal medida pode ser facilitada pela aproximação das esferas de governo com os movimentos sociais negros, tendo em vista a sua atuação histórica no combate ao racismo.

A última parte coletânea comporta trabalhos que versam sobre o mundo urbano de da capital do Maranhão. Ana Giselle Soares Coelho inicia com a problematização do descompasso entre a legislação ambiental e a apropriação de uma área protegida em São Luís. Contraditoriamente – ou não – a Estação Ecológica do Rangedor, situada em uma zona de nascentes de riachos, é impactada pela Assembleia Legislativa do Maranhão e, ainda, pela especulação imobiliária de alto padrão.

Sílvio Sérgio Ferreira Pinheiro discorre

sobre outra dimensão do maior centro urbano maranhense. O autor analisa as ações do Projeto Rio Anil, no bairro Liberdade, inserido no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento do Governo Federal. Aqui, a questão da moradia próxima às áreas de rios é geradora de impactos sociais aos moradores, diretamente proporcionais aos ambientais, devido à relação entre insalubridade e reivindicação de moradia digna.

Na sessão de resenhas, outros dois trabalhos são apresentados: o de Domingos Cantanhêde – “Educação e territorialidades específicas: o caso de Itamatatua – Alcântara/MA” – e o de Marinildes Martins – “A representação do negro na revista ‘Raça Brasil’”.

Os textos apresentados em *Insurreição de saberes* possuem como principal orientação disciplinar a Antropologia, como bem salienta Rosa Acevedo na “Nota Técnica” do livro. A sua particularidade está, sobretudo, na conformação do campo etnográfico (Sarró & Lima 2006), com base nas experiências dos sujeitos-autores dos artigos da coletânea, seguindo premissas apontadas desde a formação do pensamento antropológico pensado pela experiência da etnografia *in loco* (Malinowski 1976[1922]) e não de gabinete, como no século XIX. A etnografia aqui proposta é ensejada pela autoridade polifônica (Clifford 1991) daqueles que são obrigados, pelas necessidades do confronto com o poder dos “de fora”, a conhecer outros modos de pensar, quer sejam eles o da universidade, quer sejam do poder estatal. Isso é válido não somente pela trajetória dos autores do compêndio, mas também pelas vozes de

seus interlocutores presentes nos artigos.

REFERÊNCIAS

Barbosa, R. & R.I. Bragagnolo. 2008. Infância e direitos humanos: o que a escola tem a ver com isso?, in *Educação em direitos humanos: discursos críticos e temas contemporâneos*. Editado por T. Rifiotis & T.H. Rodrigues, pp. 193-202. Florianópolis: Ed. da UFSC.

Clifford, J. 1991. Introducción: Verdades parciales, in *Retóricas de la Antropología*. Editado por J. Clifford & G.E. Marcus, pp. 25-60. Madrid: Júcar Universidad.

Malinowski, B. 1976[1922]. *Argonautas o Pacífico Occidental*. São Paulo: Abril Cultural.

Sarró, R. & A.P. Lima. 2006. Introdução – Já dizia Malinowski: sobre as condições da possibilidade da produção etnográfica, in *Terrenos metropolitanos. Ensaios sobre a produção etnográfica*. Editado por A.P. Lima & R. Sarró, pp. 17-37. Lisboa: ICS.

Wagley, C. & E. Galvão. 1955. *Os índios Tenetehara, uma cultura em transição*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura.